

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM**

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 220 – 90480-002 – Porto Alegre

Fone: (51) 3289-7510

Email: comam@smam.prefpoa.com.br

2ª Reunião Ordinária do Comam

Data: 28 de abril de 2016

Hora: das 14h00min às 16h30min

Local: Sala de Reuniões da Sede da SMAM, Av. Carlos Gomes, 2120 – Porto Alegre/RS

Porto Alegre/RS

**Endereço para correspondências
Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 220 – 90480-002 – Porto Alegre
Fone: (51)3289-7510 E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br**

Conselho Municipal do Meio Ambiente **COMAM** – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

No dia 28 de abril de 2016, o Conselho Municipal do Meio Ambiente se reuniu sala 111, no prédio da SMAM, às quatorze horas, para reunião ordinária. **PRESENTES:** Léo Antônio Bulling, da **SMAM**; Maria Lúcia Frozi, do **DEP**; Márcio Suminsky, do **DMAE**; Eduardo Fleck, do **DMLU**; Silvana Garcia Marzulo, da **SMS**; Simone Stangler, da **SMURB**; Felipe Charczuk Viana, da **ECONSCIÊNCIA**; Paulo Brack, do **INGÁ**; Letícia da Cunha Fernandes, da **FEPAM**; Andréa Pinto Loguercio, da **UFRGS**; Cláudio Luis Crescente Frankemberg, da **PUC/RS**; Demétrio Luís Guadagnin, da **SBPC/RS**; Fernanda Medeiros, da **OAB/RS**; Magda Cleidy Satt Arioli, do **CRBIO-03**; Victor Souza Urach, do **CREA**; Daisy Chollet dal Molin, da **FIERGS**. **FALTAS JUSTIFICADAS:** Leonardo Fontoura e Tiago Gabriel Bao dos Reis, do **GP**; Camila Warpechowsk, da **SMURB**; Gerhard Ernt Overbeck e Daniele Dotta, do **IGRÉ**; Marília Longo do Nascimento, da **OAB/RS**; Dani Rudnicki e Ricardo Libel Waldmann, MJDHe Sílvio Reis, da **CRBIO-03**. **CONVIDADOS:** Alexandre Burmann Pereira, da **SMAM/SUMAM**; Maria da Graça S. Ortolan e Carlos Fabiano A. Garss, do **DMAE**; Tiago J. Pereira Neto, da **FIERGS**; e João Marcelo C. Abílio, da **SMURB**.

PAUTA:

- 1 **1. Aprovação da Ata da Plenária de 31 de março de 2016;**
- 2 **2. Edital FUNPROAMB 2016: esclarecimentos, novas**
- 3 **orientações, valores e percentuais; Parecer e apresentação DMLU;**
- 4 **3. Resolução COMAM referente destinação de embalagens de latas de tintas/CT**
- 5 **Resíduos; Parecer FIERGS;**
- 6 **4. CT Áreas Naturais: parecer referente empreendimento Arado velho;**
- 7 **5. DMAE - Plano Municipal de Saneamento Básico.**
- 8 https://webmailmpa.portoalegre.rs.gov.br/owa/redir.aspx?C=XJNXygsIL02zlrcc4aKQT-WJGxCc9NIJhvRPR5M2kxY-BLIDJUoqz9YUzaJ2hzTw6fi0G1oQrl.&URL=http%3a%2f%2fwww2.portoalegre.rs.gov.br%2fdmae%2fdefault.php%3fp_secao%3d352
- 10
- 11
- 12 **6. Proposta de resolução COMAM pela Supervisão do Meio Ambiente referente**
- 13 **definição de porte e grau de poluição de atividades licenciáveis.**
- 14 **7. Assuntos Gerais.**

RELATO:

15 **Léo Bulling, da SMAM:** Boa tarde a todos. Eu estou hoje estreando na Presidência deste
16 Conselho. Quero agradecer à presença de todos. Eu sei que este Conselho é
17 fundamental para nós que debatemos as questões ambientais da Cidade. Eu estou na
18 SMAM há mais de 03 anos, trabalhando na supervisão de praças, parques e jardins. E a
19 partir do dia 1º assumi a Direção da Secretaria. Então, nós temos este Conselho nas suas
20 reuniões traça muitas diretrizes que nós acabamos adotando para a Cidade. Eu sei que
21 na reunião passada tivemos a despedida do secretário Mauro e eu vi que a pauta estava
22 bastante carregada. A Eneida não reduziu esta pauta e hoje nós temos muitos assuntos a

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

23 serem tratados aqui. Então, vamos buscar uma celeridade maior para ver se a gente
24 maior para ver se a gente consegue vencer esta pauta. **Aprovação da Ata da Plenária**
25 **de 31 de março de 2016.** Inicialmente, Eneida, vamos ler a ata... (Falas concomitantes
26 em plenária). Ah, todo mundo recebeu? Alguém tem alguma objeção para fazer? Já
27 corrigiu?

28 **Eneida, da SMAM:** Está faltando a manifestação dele, mas vamos ter que ver na
29 gravação. Faltou na ata uma manifestação do Conselheiro da FEPAM, o Rafael. Nós
30 vamos ver, depois eu faço a alteração. Estava faltando o nome dele nos presentes, isso
31 eu já incluí. Vou pedir para que passe mais ou menos sobre o que ele se manifestou para
32 procurar. Tá?

33 **Léo Bulling, da SMAM:** Aprovamos ou deixamos com esta ressalva?

34 **Eneida, da SMAM:** Deixamos para a próxima. Eu passo, encaminho novamente e na
35 próxima aprovamos. Ok? Vocês concordam? (Aprovado). Ok.

36 **Léo Bulling, da SMAM:** Então, fica para a próxima a votação da ata. **Edital**
37 **FUNPROAMB 2016: esclarecimentos, novas**
38 **orientações, valores e percentuais. Parecer e apresentação DMLU.** Bom, segundo o
39 que temos na nossa pauta é o Edital do Fundo, que na reunião passada tivemos algumas
40 manifestações de diversos setores. Tem um parecer do DMLU e apresentação do DMLU.
41 Está contigo a palavra.

42 **Eduardo Fleck, do DMLU:** Boa tarde a todos os colegas. Boa tarde, Senhor Presidente!
43 Nós pedidos vista do processo do FUNPROAMB na reunião passada, verificando que
44 havia uma temática muito parecida, temática de uma ação do nosso Plano Municipal de
45 Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Aliás, era um tema não pertinente ao DMLU, mas
46 sim à SMAM que estava encarregada de resolver isso. Então, vamos à apresentação.
47 São 5 minutos apenas para colocar a nossa posição. Então, nós construímos a partir de
48 uma obrigação legal, proveniente da Lei nº 12.305/2010, a Lei Federal chamada Política
49 de Resíduos Sólidos. No art. 19 dessa lei traz o termo de referência, ou seja, o que é o
50 conteúdo desse plano que todos os municípios do Brasil vão ter que apresentar. E lá
51 pelas tantas, na alínea 18 – identificação dos passivos ambientais relacionados aos
52 resíduos sólidos individuais contaminados e respectivas medidas saneadoras. Na
53 construção do plano essa ação e mais 10 ações que dizem a respeito diretamente à
54 SMAM, porque são de atribuição original da SMAM, principalmente em relação quando o
55 DMLU não tem esta prerrogativa. A nossa colega Engenheira Ana Paola construiu essas
56 ações, proveniente do que a SMAM entende e pretende fazer em relação a essas ações.
57 Então, esta ação diz respeito aos passivos. Acabou se tornando a Ação 3.2.1 –
58 recuperação de passivos ambientais ocasionados pela disposição de resíduos. Então, aí
59 a solenidade, a entrega do plano. A gente formalizou com o Prefeito através de decreto,
60 em novembro de 2013. Já estamos em vias de produzir a segunda edição. Aqui não dá
61 para enxergar, mas só para mostrar que quem abrir o plano vai encontrar essa ação em
62 relação aos passivos e toda a ponderação que foi feita pela colega Paola, aqui da SMA,
63 inclusive, um conjunto de seis etapas para a concepção dessa ação. Então,
64 ordenadamente: mapear todas as áreas de disposição irregular de resíduos no município,
65 através de levantamentos, edificação de áreas onde situavam atividades potencialmente
66 poluidoras. Segundo passo: estudos e avaliações necessários para a criação do sistema
67 de monitoramento das áreas. Terceiro: estudo da possibilidade de implementar o
68 georeferenciamento das áreas com suspeita de contaminação, contaminada, sob
69 intervenção e em processo de monitoramento para a reabilitação. Quarto: criar um

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

70 sistema de gerenciamento de identificação das áreas degradadas, o banco eletrônico das
71 áreas suspeitas de contaminação, sob intervenção, em processo de monitoramento. Por
72 fim, o mapeamento dos passivos ambientais, calculados pela disposição de regulação de
73 resíduos. Então, perante a isso, se a Eneida me ajudar, como se chamava a temática,
74 exatamente o título da ação do FUNPROAMB, que estava muito parecido com esta ação.
75 Nós sugerimos ao DMLU, já que temos ONGs, entidades interessadas em participar, que
76 nós façamos a modificação de modo a atender algo que é objetivo do plano da própria
77 SMAM, quer seja, o mapeamento preliminar de áreas impactadas por resíduos. Então, a
78 temática sugerida por nós seria: “Programas, projetos, pesquisas, promoções,
79 publicações, concursos que visem a prospecção, mapeamento, georeferenciamento e
80 avaliação preliminar das áreas impactadas pela disposição de resíduos no mudo de Porto
81 Alegre”. É justamente a primeira fase, reconhece onde estão os passivos ou possíveis
82 passivos. Politicamente, ninguém vai remediar passivo com a verba do FUNPROAMB.
83 Digamos assim, não chega nem perto daquilo que se precisa para talvez remediar uma
84 área, pelo grau de contaminação desta área. Então, esta é a nossa proposta para o
85 Conselho, fazer esta pequena modificação do objeto para que a gente possa começar a
86 cumprir esta responsabilidade, que não é algo que foi indicado pelo DMLU, mas sim pelo
87 próprio plano, a lei federal que todos os municípios têm que começar a mapear os seus
88 passivos. Obrigado!

89 **(Sem identificação):** Só uma colocação a respeito do que foi dito aqui. Esta aqui o nosso
90 Alexandre da SMAM, mas para nós é extremamente importante termos o mapeamento
91 dessas áreas, até, possivelmente, com o grau de contaminação existente nesses locais,
92 porque toda vez que a SMAM se depara com o (Inaudível) muitas vezes tem notícias de
93 uma região contaminada e aí a gente não sabe que tipo de contaminação está naquela
94 área.

95 **Léo Bulling, da SMAM:** Bom, vamos para o terceiro ponto, então. (Falas concomitantes
96 em plenária). Quem se inscreve?

97 **Andréa Pinto Loguercio, da UFRGS:** Questão de Ordem. Presidente, nós temos que
98 tomar uma decisão, porque este processo estava para ser apresentado na reunião
99 passada, paralisou com o pedido de vista do DMLU. O DMLU hoje fez as considerações
100 dele em cima do pedido de vista. Então, nós temos que retomar essa questão do edital,
101 porque é preciso que a plenária se manifeste sobre a questão do tema do edital. É o que
102 estava em debate e discussão na semana passada. Eu gostaria de lembrar, como
103 membro representante da universidade e da Câmara Técnica do Fundo, que existem
104 alguns pontos do edital, a própria área jurídica e a Procuradoria do Município já nos
105 alertaram em outros anos, existem questões no edital que não cabem à plenária legislar.
106 Algumas são de natureza jurídica e outras porque esses editais estão relacionados à Lei
107 nº 8.666/93, que é a lei de licitações. Portanto, a gente precisa ter um rito obedecido na
108 questão de que nós entidades, principalmente no caso das entidades da sociedade civil,
109 não podemos participar da formulação do edital ou dar sugestões de fazer alterações no
110 edital, em que as próprias entidades muitas vezes concorrem. Isto fere o rito e coloca o
111 processo em uma suspeita de lisura. Então, o que estava se debatendo aqui, que é o
112 parecer do pedido de vista do DMLU, é porque a Câmara Técnica tinha feito uma
113 proposição de edital... Se tu puderes colocar ali, Eneida, a proposta de tema. É a primeira
114 página do edital, do objeto do edital, Item 1. Eu acho que todos receberam, porque era
115 pauta da reunião passada. Dizia: “Trata o presente edital de seleção de propostas que
116 tenham por objetivo o desenvolvimento de programa, projetos, pesquisas, promoções,
117 publicações, concursos e eventos que vise a reparação ambiental de áreas de risco

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

118 degradadas, no Município de Porto Alegre, a serem realizadas com apoio do Fundo Pró-
119 Defesa de Meio Ambiente de Porto Alegre”. Bom, era neste momento que a gente parou.
120 Então, a gente precisa que a plenária se manifeste, favorável, ou não, ou a manutenção,
121 ou sugestão de alteração em relação a este Item 1 da proposta de edital.

122 **Alexandre Burmann Pereira, da SMAM/SUMAM:** A apresentação seria feita aqui pelo
123 Rogério, da SEPLA, mas ele está de atestado, não pode, mas me passou a informação
124 que a sugestão da SMAM é de tirar a palavra “risco” da proposta da temática. Seria:
125 “Reparação ambiental de áreas degradadas no Município de Porto Alegre”. Eu não tenho
126 condições de avaliar a proposta do DMLU neste momento. (Falas concomitantes em
127 plenária). É acatando a ideia o DMLU? É isso?

128 **Eduardo Fleck, do DMLU:** A outra sugestão que nós colocamos, não está aí na
129 apresentação porque foi centrada no objeto do edital, mas nós discutimos com as
130 entidades. Nós sugerimos que os recursos do fundo não se destinem mais a comprar
131 materiais permanentes para as entidades, assim como também não se destina para
132 comprar material permanente para órgão público. Ainda ontem o meu diretor de divisão
133 me chamou e perguntou: “Será que a gente não consegue R\$ 70 mil do COMAM, do
134 Fundo do Meio Ambiente Municipal para tal coisa?” Eu disse que não ia rolar, porque
135 basicamente a gente defende que isso não aconteça. O fundo se destina a questões,
136 intervenções no ambiente natural, no ambiente urbano e não a aquisição de materiais
137 permanente. Então, não haveria lógica as entidades se equiparem comprando materiais
138 permanentes com o recurso do Fundo.

139 **Paulo Brack, do INGÁ:** Só para esclarecimento, sem entrar no mérito da questão da
140 proposta do DMLU em relação à proposta, enfim, são questões que depois a Câmara
141 Técnica tem que se pronunciar sobre isso. Pelo que eu entendo, então, seria a inclusão,
142 além daquele tema... Eu gostaria de entender. É substituição total do tema anterior que já
143 tinha sido discutido? Por que não o somatório de todos os temas? Eu não consigo
144 entender, porque se teve todo um trabalho em cima de uma Câmara Técnica que
145 levantou esta questão e simplesmente substituir, excluir? Não entendo o motivo. Eu acho
146 que poderíamos ser mais razoáveis aqui de retomar e contemplar as duas áreas, mas
147 excluir a questão das áreas degradadas parece uma desconsideração de um trabalho.
148 Inclusive, dá um foco muito mais ligado ao DMLU do que a questão da proteção
149 ambiental. Na realidade, os fundos ambientais são importantes para traçar as prioridades
150 da Secretaria, as políticas ambientais, além da Secretaria. Então, uma das críticas que eu
151 fiz também, que nós levantamos a necessidade de termos a questão das espécies
152 ameaçadas, a biodiversidade, que de certa maneira não foi contemplado, mas tudo bem,
153 a gente não tem como trazer aqui uma discussão que não foi levada na Câmara Técnica.
154 Então, nos parece que é descabido que um órgão queira simplesmente substituir um
155 trabalho, toda uma proposta para outra e não queira contemplar a possibilidade de incluir
156 dois itens.

157 **Magda Cleidy Satt Arioli, do CRBIO-03:** Boa tarde. Eu sou integrante da Câmara
158 Técnica do Fundo e gostaria só de esclarecer que esta proposta foi discutida na reunião
159 do Fundo. Nós entendemos que a exclusão da palavra “risco” absorveria a proposta do
160 DMLU e não excluiria as outras demandas levantadas na plenária. Continuará, no o
161 entender, com um sentido mais amplo este ano para o edital, abarcando a reparação
162 ambiental de áreas degradadas no Município com os estudos de flora, fauna e educação
163 ambiental nesse contexto amplo, o mapeamento da reparação ambiental de áreas,
164 inclusive, as áreas que para DMLU entender. E se nós estivéssemos nos atendo só ao
165 plano municipal de resíduos estaríamos focando muito especialmente em um item só. É

Endereço para correspondências

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 220 – 90480-002 – Porto Alegre
Fone: (51)3289-7510 E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

166 por isso que nós entendemos a exclusão da palavra “risco”, que estaríamos sob certo
167 aspecto restringindo.

168 **Felipe Charczuk Viana, da ECONSCIÊNCIA:** Eu também concordo com o Brack, eu
169 acho que as entidades estavam desde o início com uma fala de não restringir tanto. O
170 DMLU está querendo afunilar cada vez mais, lembrando que a gente está falando de 08
171 projetos de R\$ 90 mil. É isso? Então, se a gente aceitar a proposta do DMLU a gente vai
172 estar aceitando que 08 entidades aproveem projetos de R\$ 90 mil para trabalhar esses...
173 (Falas concomitantes em plenária). São 09 projetos de R\$ 80 mil para trabalhar
174 especificamente com o tema. Corremos o sério risco de não termos todos os projetos
175 aprovados. Virão entidades de fora, não tenho nada contra, mas não vão receber diárias
176 para trabalhar aqui, está escrito no edital, não pode pagar diária. E outra coisa, área de
177 risco, eu vou ler para vocês: “São áreas impróprias para assentamento humano por
178 estarem sujeitas a áreas de riscos naturais ou em decorrência de ação tópica. Por
179 exemplo, margens de rios sujeitos a inundação, florestas sujeitas a incêndios, áreas de
180 alta declividade, encostas, topos de morros, áreas com risco de desmoronamento,
181 deslizamento de terra, áreas contaminadas por resíduos tóxicos”. Então, a proposta do
182 DMLU já está contemplada na primeira proposta, deixando a área de risco, que contempla
183 o DMLU, e deixando a área degradada, que também contempla o DMLU. As entidades
184 concordam com o parecer do COMAM de não afunilar. Tirando o “risco” tu manténs a
185 área degradada, a ECONSCIÊNCIA poderia vir. A gente também fica até sem jeito de
186 estar influenciando neste ponto, mas a nossa ideia é ampliar. A gente poderia vir aqui e
187 defender a legislação nacional de corredor ecológico, mostrar que existe corredor
188 ecológico em Porto Alegre, existe uma legislação nacional sobre corredor ecológico. Pode
189 ter corredor ecológico em Porto Alegre inteira, por exemplo, pode vir argumentar que tem
190 que ser só de corredor ecológico. Eu acho que não, se tirar a “área de risco” contempla o
191 DMLU com “área degradada”. Aquela apresentação que ele fez, na verdade, já estava
192 contemplada na primeira proposta. Agora, que 09 propostas sejam só sobre um tema
193 megaespecífico para nós é muito estranho.

194 **Paulo Brack, do INGÁ:** Bom, se gente apresentou uma sugestão, não é para ser
195 ofensiva, pode ser considerada. Então, a gente retira esta exclusividade que eu falei. Eu
196 não participei desta construção, portanto, não tenho a noção de toda a importância que
197 tem. Retiramos a proposta e deixamos a inclusão das áreas impactadas por resíduos.

198 **Léo Bulling, da SMAM:** Ninguém mais quer opinar a repetição do tema?

199 **Alexandre Burmann Pereira, da SMAM/SUMAM:** Fica pendente a segunda sugestão.
200 (Falas concomitantes em plenária). Não, mas ele já retirou. Então, em tese, já está
201 excluída esta situação. Fica pendente a questão do tema e a questão da utilização dos
202 recursos, a segunda parte da tua sugestão. Não é, Fleck? Que é a utilização do recurso
203 para materiais permanentes.

204 **Paulo Brack, do INGÁ:** Como foi dito, em respeito ao trabalho dos colegas a gente
205 retirou.

206 **Alexandre Burmann Pereira, da SMAM/SUMAM:** Ok. Mas a segunda parte se mantém
207 da utilização dos recursos.

208 **Léo Bulling, da SMAM:** Nós vamos verificar o pedido de vista do DMLU. Vamos votar.
209 Eu também concordo que tem que ser mais abrangente, não pode ficar restrito a um
210 segmento só. Vamos ver como vai ficar.

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

211 **Andréa Pinto Loguercio, da UFRGS:** Então, do objeto do edital: “Trata o presente edital
212 da seleção de propostas que tenham por objetivo o desenvolvimento de programas,
213 projetos, pesquisas, promoções, publicações, concursos e eventos que visem a reparação
214 ambiental de áreas degradadas no Município de Porto Alegre a serem realizadas com o
215 apoio financeiro do Fundo Pró-Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre”.

216 **Léo Bulling, da SMAM:** Então, vamos votar. Quem se manifesta contrário levante o
217 braço. Aprovado, então. Vamos para o terceiro item? Não, tem mais o percentual.

218 **Andréa Pinto Loguercio, da UFRGS:** A proposta que veio da Câmara Técnica, no Item
219 10.1, letra *b* do edital. A Câmara Técnica já vinha sinalizando com a diminuição da
220 questão desses percentuais de uso de material permanente. Vocês são novos no
221 COMAM e não vão lembrar, mas durante algum tempo o recurso do Fundo foi utilizado,
222 inclusive, para comprar não só material permanente, como de consumo, para o
223 funcionamento normal da própria Secretaria. Então, a gente vem tentando coibir, diminuir
224 isto. Então, a Câmara Técnica propôs para este primeiro ano que o material permanente
225 seria limitado. Diz no Item 10.1: “Será admitida a utilização do recurso para os seguintes
226 elementos de despesas. Letra *b* – material permanente: para adquirir equipamentos
227 necessários para desenvolver a proposta, não podendo ultrapassar um limite equivalente
228 a 20% do valor total da proposta”. O DMLU trouxe uma sugestão um pouco mais
229 restritiva, no sentido de limitar esse valor de 20% a zero. É isto, Eduardo? Corrija se eu
230 estiver enganada. Então, no entender do DMLU o recurso do edital, a entidade não
231 contemplaria nada em material permanente. Nada, é 0% de material permanente, todo o
232 recurso seria para desenvolvimento de material de consumo. Entendo o DMLU que o
233 material permanente deve vir, como não se permite para o órgão do executivo, que ele
234 também não viria do Fundo. “Os recursos do Fundo destinam-se a benfeitorias
235 ambientais, a sua utilização para compra de computadores, veículos, mesas e outros
236 materiais permanentes significa uma subvenção de finalidade. Neste sentido propõe-se o
237 veto à compra de materiais permanente, exceto nos casos de sua específica e
238 imprescindível utilização no projeto previamente aprovado, caso em que, após encerrado
239 o projeto, o material deverá ser patrimoniado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre”.
240 Bom, então, é uma proposta um pouquinho diferente. O que a Câmara Técnica propôs é
241 20% de material permanente, material que tem que ter a ver com o objeto da proposta,
242 mas que esse material permanente fica para a entidade. Ele não volta para a Prefeitura.
243 No entendimento do DMLU o material permanente só poderia ser aquele material que
244 seja específico para o projeto e imprescindível para a utilização no desenvolvimento do
245 projeto. Os projetos têm um ano de duração e esse material retorna como bem
246 patrimoniado da Prefeitura. Então, são essas duas.

247 **Paulo Brack, do INGÁ:** Eu falo no sentido de que as entidades ambientalistas não
248 querem buscar recurso de empresas, ficar vinculadas a elas. Eu sei, inclusive, que há
249 alguns anos, na Secretaria e pelo Fundo Estadual do Meio Ambiente, o próprio secretário
250 fez um edital para as entidades, para aquisição de computadores, de projetores, para a
251 questão da educação ambiental. Então, é comum, inclusive, que esses editais sejam de
252 fortalecimento, para programas de fortalecimento das entidades ambientalistas. Elas
253 trabalham com educação ambiental, precisam de equipamentos, as pessoas praticamente
254 não ganham nada. Então, a simples eliminação de equipamentos poderia inviabilizar
255 várias atividades. Eu até considero que é uma discussão pertinente, mas não neste
256 momento, quem sabe deixarmos para o próximo edital esta discussão em relação ao
257 material permanente; senão vamos em 5, ou 10 minutos tentarmos tratar de uma missão
258 que me parece mais profunda, no sentido de que esses equipamentos são importantes

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

259 para as entidades. Muitas delas acabam até se extinguindo por falta de condições.
260 Grande parte das entidades ambientalistas, vou dizer, no Brasil hoje estão tão debilitadas
261 que estão fechando. Então, isso é ruim, porque elas têm que ter um fortalecimento. Então,
262 já tinha proposta é que isto seja pensado no próximo edital, até porque estamos com uma
263 pauta grande e já conseguimos superar uma boa parte desta temática.

264 **Léo Bulling, da SMAM:** Também acho muito radical 0%, porque talvez tenhamos que dar
265 um suporte melhor, justamente para não extinguirmos essas entidades que também
266 tratam das questões ambientais da Cidade.

267 **Eduardo Fleck, do DMLU:** É uma proposta, até mesmo por uma questão de coerência,
268 apesar de no passado ter fortalecido entidades públicas, os órgãos públicos a partir de
269 compras de equipamentos em insumos permanentes. Os recursos do Fundo não se
270 destinam especificamente para isso, mas nós temos que ver com todos os atores para
271 tirarmos uma posição. Eu acho que as entidades também têm razão, nós temos que
272 submeter a todos.

273 **Léo Bulling, da SMAM:** Então, temos duas propostas, uma que elimina a aquisição dos
274 materiais permanentes e a outra que destina 20% neste ano. Tem uma terceira?

275 **Felipe Charczuk Viana, da ECONSCIÊNCIA:** Materiais permanentes são aqueles que
276 duram acima de 2 anos. Então, a gente sabe o processo que a tecnologia está. Notebook
277 e projetor pode ser considerado material permanente? (Manifestações da plenária fora do
278 microfone: “Sim”). Ok. O projeto de R\$ 100 mil do ECONSCIÊNCIA teve um notebook,
279 uma impressora e uma câmara fotográfica, isso somou R\$ 6 mil, tomou 6%. O do INGÁ
280 provavelmente tenha somado menos de 10%. Entendeu? Então, é disto que nós estamos
281 falando. Ninguém está falando aqui em projeto de R\$ 100 mil que comprou um caro para
282 trabalhar. A gente está falando de um projeto de R\$ 100 mil que o ECONSCIÊNCIA está
283 trabalhando há 12 meses, está fazendo um projeto modelo no Brasil com abelhas nativas.
284 Já tem parceria com a SEMA, com o corpo de bombeiros, com o batalhão ambiental.
285 Ontem passamos o dia inteiro no projeto, na Redenção, que resolveu o problema de três
286 ninhos lá, que a SMAM não tinha como resolver. Então, é disto que nós estamos falando,
287 falando de entidades que se viram e nenhuma está se aparelhando. Se achar que
288 comprar um notebook de R\$ 2 mil e um projeto para a entidade para usar em escolas,
289 para fazer trabalhos voluntários, é dizer que está equipando entidade? A gente está
290 falando de entidade que opta por não receber, não fazer parcerias com a construção civil.
291 A nossa entidade já teve propostas de se equipar através de um condomínio na zona sul,
292 mas a gente se negou a fazer isso. As entidades não têm orçamento próprio, os órgãos
293 públicos sim têm orçamento próprio. Por isso a briga das entidades de não estar
294 equipando órgão público com dinheiro do Fundo. Então, a entidade não tem orçamento
295 próprio e o órgão público tem orçamento próprio. Por isso que a SMAM não pode
296 depender do Fundo para sobreviver. Então, é disto que estamos falando, falando de
297 materiais que servem sim para outras atividades. É isso aí.

298 **Léo Bulling, da SMAM:** Alguém falou em uma terceira proposta. Não entendi.

299 **Márcio Suminsky, do DMAE:** Eu entendi que a terceira proposta seria a do Brack de
300 deixar esta questão para uma discussão posterior.

301 **Léo Bulling, da SMAM:** Na verdade, são três, então: os 20%, ou 0%, ou a discussão
302 para o próximo edital. Continua, Brack?

303 **Paulo Brack, do INGÁ:** Se for agora são duas propostas. Eu acho que poderia ser assim:
304 se este tema da restrição é total, 20%, ela poderia ser feita no próximo edital, sim ou não,

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

305 uma votação em relação a isto. Seria uma primeira votação em relação a este tema. Se
306 as pessoas aceitam que essa decisão tem que ser agora, derrotada a proposta de se
307 discutir depois, então, ficaria 20%, ou 0%, ou restrito a projetos...

308 **Andréa Pinto Loguercio, da UFRGS:** Questão de Ordem. É o seguinte, a Câmara
309 Técnica está encaminhando à plenária esta proposta de edital. Nós não estamos nos
310 furtando de fazer a discussão, mas significa que nós não aprovaremos o edital. É isso que
311 vocês estão propondo, voltar o edital à Câmara Técnica para que se faça uma conversa
312 toda. Alguma coisa tem que ir em relação ao material permanente, quer dizer, não se
313 posicionar sobre o material permanente, poder 100%, poder 0%, poder 20%. É voltar
314 atrás! Nós da Câmara Técnica temos trabalhado arduamente em relação a tentar
315 viabilizar no menor espaço de tempo possível, com a possibilidade de colocar este edital,
316 que é tão duramente batalhado dentro da Prefeitura, na rua para que as entidades
317 possam participar do processo. Então, voltar a essa altura, rediscutir com a Câmara
318 Técnica, é o mesmo que não ter o edital agora.

319 **Léo Bulling, da SMAM:** Votamos ou retiramos voltar para a Câmara Técnica? O
320 Conselho é soberano. (Falas concomitantes em plenária). Pessoal, vamos voltar? Bom,
321 na primeira opção, a proposta foi de 20% e a proposta do DMLU é zerar. Bom, a primeira
322 proposta é 20%, quem aprova levante o braço. Maioria. Então, está aprovada a proposta
323 da Câmara Técnica. Vamos para o terceiro item: **Resolução COMAM referente**
324 **destinação de embalagens de latas de tintas/CT Resíduos. Parecer FIERGS: volta**
325 **para** **a**
326 **CT Áreas Naturais: parecer referente empreendimento Arado velho.**

327 **Eneida Cunha – SMAM:** O item é sobre a análise da minuta das embalagens de latas de
328 tinta. Como temos um parecer da FIERGS vamos pedir que a FIERGS passe aqui para
329 apresentar a sua avaliação. Pode ser?

330 **Tiago J. Pereira Neto, da FIERGS:** Boa tarde a todos. Eu faço parte da assessoria
331 técnica do Conselho de Meio Ambiente da Federação das Indústrias, eu sou engenheiro
332 ambiental. A Dayse na reunião passada fez uma solicitação, um pedido de vista desta
333 minuta que seria votada ou apreciada pelos conselheiros, votada. O pedido de vista foi
334 motivado por uma avaliação interna nossa em função de alguns itens que no nosso
335 entendimento não estão claros. Em alguns pontos estão até conflitantes com a legislação
336 nacional e estadual, também alguns aspectos que de forma direta dificultariam a
337 implementação desse processo ou teria uma serie de dúvidas em relação à gestão desse
338 tipo de resíduo. Na verdade, não ficou claro se nós estaríamos falando de resíduos de
339 pós-consumo, de resíduos de obras de construção civil licenciadas, se seriam referentes
340 a latas de tinta, de embalagens de tintas domiciliares ou se estariam envolvidos com
341 solventes perigosos, que são os resíduos que estão citados na norma. Então, brevemente
342 fiz algumas considerações. Primeiro, da normativa de forma geral, basicamente, já
343 coloquei alguns aspectos gerais que nos motivaram nesta questão. A emenda fala
344 resíduo de construção civil, fala em embalagens de latas de tinta, embalagens metálicas
345 de tintas, sem fazer qualquer descrição de que tipo de tinta. Também, dentro do texto se
346 faz uma citação sobre resíduos de solventes, que são resíduos perigosos, é outra
347 característica, é outro tipo de resíduo que é citado na norma e não é colocado na
348 emenda. O que identificamos também, e vou falar um pouco sobre os pontos de
349 divergência entre os instrumentos legais, federais e estaduais, entre os federais
350 principalmente as resoluções do CONAMA de política nacional de resíduos sólidos, a
351 partir dos instrumentos de logística reversa. E também de legislação estadual conflitantes
352 com o que existe de normas ou portarias da FEPAM referente a transporte de resíduos,

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

353 que também é citado dentro desse processo. Então, obviamente, a leitura da FIERGS
354 neste ponto é de que ficou confuso de entender o mérito, ficou confuso de entender qual é
355 o objetivo da norma e traz uma série de conflitos com a legislação federal e estadual, que
356 precisam ser explicadas. Até porque os pontos colocados são procedimentos de gestão,
357 no nosso ponto de vista é mais gerenciamento do que gestão. Então, na verdade, a gente
358 até queria entender um pouco melhor qual era a proposta. Descendo um pouco mais para
359 os artigos, o primeiro artigo cita que a resolução vigora enquanto não se estabelece uma
360 coleta integral ao Município de Porto Alegre de embalagens a partir dos mecanismos de
361 logística reversa. Bom, as obras civis que precisam de licenciamento, que são citadas,
362 não fazem parte do acordo setorial de embalagens em geral. O acordo setorial é criado
363 especificamente para os consumidores individuais e não corporativos. Então, não fica
364 difícil de estabelecer e entender o que é a integralidade, a coleta, algo totalmente
365 subjetivo que não é traduzido, qual é o percentual de coleta que atenderia essa
366 integralidade. E também por que esse mecanismo sendo utilizado para revogar a
367 resolução para um tipo de tipologia que não usufrui, não tem interferência no acordo
368 setorial de embalagens. Esse é um ponto que a gente coloca como questionamento.
369 Outra questão, de certa forma os resíduos de obras, de construção civil, eles devem ser
370 descartados conforme o plano de gerenciamento de resíduos sólidos, que é aprovado
371 pela SMAM e também faz parte do processo de licenciamento ambiental desses
372 empreendimentos. Então, este art. 1º acaba criando, equivocadamente, alguns conflitos
373 relacionados ao descarte do pós-consumo com os resíduos de latas de tintas gerados por
374 esses empreendimentos licenciados. Bom, o segundo ponto trata em relação à vigência
375 da resolução que trata do acordo setorial. Já falamos, aqui tem dois pontos específicos,
376 no caput fala de embalagens metálicas de tintas e a partir do segundo fala de embalagens
377 vazias de tintas imobiliárias e solventes. Na verdade, ela já traz outra questão, que fica
378 difícil também de entender. Até porque a expressão “latas de tintas” se refere a
379 embalagens metálicas, talvez de qualquer tipo de tinta, não somente as imobiliárias. E
380 também a expressão de “solventes”, que é um resíduo caracterizado como uso perigoso
381 pela norma ABNT 2004 e não tem vínculo nenhum com o acordo setorial, nem faz parte
382 dos mecanismos de logística reversa existentes hoje. Há esse conflito de que tipo de resíduo
383 está se discutindo, se são embalagens metálicas, se são todas embalagens de tinta
384 imobiliárias e como ficam os solventes no meio dessa questão. Bom, outro aspecto são as
385 questões de cumprimento de destinação de embalagens de tintas e solventes. Na
386 verdade, a política nacional já estabelece que o plano de gerenciamento de resíduos é
387 parte integrante do processo de licenciamento, lá dentro das etapas deve conter como
388 armazena, como transporta, como destina. E condicionar esse tipo de mecanismo à
389 questão de liberar a licença ou não, isso não é novidade nenhuma dentro desse processo.
390 Existem questões legais que abarcam essa possibilidade e já é prática em órgãos
391 ambientais. Eu acredito que na SMAM também. Senão é tem que verificar porque isso
392 acontece, e não é falta de mecanismo legal para avaliar e porque isso não está
393 acontecendo. Enfim, pelo que a gente sabe esta cobrança existe aqui, a SMAM cobra.
394 Bom, outra questão é como que a empresa dará o destino final às embalagens a partir de
395 uma licença ambiental específica de um destinatário que tenha licença ambiental
396 específica. Bom, cabe aprovação do plano de gerenciamento de resíduos pelo órgão
397 ambiental, também é um ponto que o órgão ambiental tem autonomia para decidir, para
398 cobrar. E há o entendimento na política de resíduos sólidos, que é essa exigência da
399 prática de licenciamento. E a questão de fiscalização, também já consta em legislação e
400 fica a dúvida também em que tipo de resíduo vai se aplicar. Outro ponto, um pouco mais
401 preocupante que eu diria para o processo de gerenciamento é a questão da exigência do
402 manifesto de transporte de resíduos, conforme cita a Portaria nº 34 da FEPAM, de 2009,

Endereço para correspondências

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 220 – 90480-002 – Porto Alegre
Fone: (51)3289-7510 E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br

10

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

403 o que regra os mecanismos de RTR em nível estadual. Esta portaria estabelece que
404 apenas os resíduos de classe um, da norma, classificados pela ABNT, e alguns resíduos
405 classe 2A, que são as estações de tratamento e as areias de fundição. Elas são
406 obrigadas a transportar esses resíduos com MTR. No momento em que o CONAMA, no
407 ano passado, altera a classificação para que as latas de tinta, ou seja, aqueles resíduos
408 não perigosos, automaticamente ela tira essa exigência do MTR das embalagens de tinta.
409 Aí vem a questão do conflito, porque o Estado todo não precisa mais emitir para lata de
410 tinta, aí Porto Alegre vai precisar disso a partir de agora, caso vigorando a resolução.
411 Então, a questão era entender um pouco, isto vai ter um conflito com a legislação
412 estadual, principalmente com procedimentos internos para transporte de resíduos
413 perigosos. Não é o simples fato de emitir o MTR, na realidade, o transporte de resíduo
414 perigoso é caracterizado também por outros mecanismos, inclusive, de você ter
415 caminhões ou um transporte licenciado como fontes móveis de poluição pelo órgão
416 ambiental. Então, você tem todo um transporte especializado, específico para carregar
417 esse resíduo, que só Porto Alegre terá. Então, tem procedimentos especiais para
418 transportar essas latas de tinta no Município de Porto Alegre. Não sei se realmente é isso
419 que para plenário quer e se é como a SMAM vai regrar esse tipo de processo em Porto
420 Alegre. E como as empresa vão cumprir eu acho que teria que existir uma nova normativa
421 se isto acontecesse, o que da nossa parte é equivocada essa decisão. Não se pode
422 obrigar o MTR, já que a própria portaria da FEPAM citada lá não tem essa exigibilidade a
423 partir da reclassificação desse resíduo pelo CONAMA no ano passado. Bom, conclusões
424 finais, eram esses mecanismos. Eu reforço a questão das exigências em conflito com as
425 legislações federais estaduais, alguns mecanismos já existem, mas ficam muito confusos
426 no entender que tipo de resíduo se quer regras, se quer trabalhar com logística reversa,
427 se quer trabalhar com empreendimentos licenciados de grande porte. Isso nós tem nada a
428 ver com a logística reversa que está sendo proposta hoje de construir em âmbito federal.
429 E também a questão do solvente aí no meio, que não dá para entender se são
430 embalagens vazias de tintas imobiliárias ou se são latas de tintas de qualquer tipo de
431 tinta, seja solvente, especial, seja para pintura naval, seja para pintura automotiva, pintura
432 de sinalização. Ficou muito confuso entender. A gente recomenda que a Câmara Técnica
433 de Resíduos e à Câmara Técnica de Legislação Ambiental para que se apropriem deste
434 tema e deste parecer até nós entendermos o que se quer regrar. A gente não entendeu
435 qual é a proposta aqui e a real necessidade. Eu já conversei com a Magda anteriormente,
436 a FIERGS fez a solicitação para passar para o Conselho essas questões, porque é
437 soberano para decidir as questões. Mas é muito preocupante, porque você não sabe o
438 que fazer, até tecnicamente como passar a orientação a partir dessas diversas
439 dificuldades criadas aqui. Eu já me coloquei à disposição da Magda, ela já comentou que
440 a Câmara e Resíduos vai ter reunião dia 13, estou agendado a participar. Estamos
441 dispostos a participar e verificar que caminho seguir, para a gente entender de que forma
442 colaborar e que informações técnicas são necessárias para a construção desse processo.
443 Então, esse foi o nosso pedido de vista. Muito obrigado e fico à disposição.

444 **Magda Cleidy Satt Arioli, do CRBIO-03:** Estou aqui na qualidade de Presidente da
445 Câmara Técnica de Resíduos. Em primeiro lugar, eu só gostaria de externar, e já externei
446 ao Tiago, que veio na qualidade de representante da Dayse, que até elo regimento nem
447 poderia estar explanando. Eu acho que a Dayse te pediu para representar, não é?

448 **Tiago J. Pereira Neto, da FIERGS:** Na verdade, só faltou a Dayse passar a palavra para
449 mim.

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

450 **Magda Cleidy Satt Arioli, do CRBIO-03:** Mas tudo bem. Eu gostaria de esclarecer o
451 seguinte: tem alguns pontos que eu concordo contigo, outros discordo. O CONAMA
452 realmente exerce um grande papel no território nacional, muitas em situações que são
453 excelentes, de apoio. Eu fui técnica desta casa 30 e poucos anos, continuo atuando. Esta
454 legislação especificamente sobre as latas de tintas, ao longo do ano passado nós
455 trabalhamos na Câmara Técnica. Eu trouxe a este plenário 3 vezes a discussão, nós
456 entendemos que se aplicada no município de Porto Alegre traria um prejuízo ao trocar a
457 classificação dos resíduos perigosos por resíduos Classe B. Por quê? Especialmente na
458 construção civil, porque os empreendedores de construção civil em geral, seria mais fácil
459 fazer o destino final, mesmo gerenciados com os planos de gerenciamento de resíduos
460 que são pedido na etapa de licença de instalação, do qual a resolução não menciona, que
461 é obvio que tem que fazer (Inaudível) de resíduo sempre. É uma dificuldade hoje se fazer
462 a condução correta do destino final, de verificar um destino de resíduos perigosos. E é
463 mais fácil para o empreendedor lançar aterros que não paguem e que não têm o destino
464 correto e o acolhimento, mesmo que nos planos de licenciamento de construção civil
465 indique os locais corretos e com licença de operação. Então, quando nos deparamos com
466 este lançamento do CONAMA nº 469 nos preocupamos em trabalhar de forma mais
467 restritiva no Município de Porto Alegre e nos termos de recebimento ambientais e nas
468 licenças de operação, quando o empreendedor ao finalizar a sua obra, seja de que
469 natureza for, que finaliza a construção e traz os comprovantes dos planos de
470 licenciamento de resíduos que forem elaborados com indicações de acolhimento, de
471 destino final, comprovados com as suas respectivas LOs, traz os comprovantes para a
472 SMAM para que verifique no termo de licenciamento ambiental e cheque os diferentes
473 destinos e veja se realmente ele levou para o local correto, que não enterrou, que não
474 usou como lata para cozinhar, para ferver roupa ou levou para seus operários. Esta foi a
475 preocupação. a resolução pode ser revista, mas só que no ano passado eu me indignei,
476 fiquei muito incomodada com o pedido de vista, depois me encontrei com a Dayse para
477 um cafezinho depois do COMAM. Fiquei muito incomodada porque durante 6 ou 7 meses
478 eu trouxe três vezes, que estávamos fazendo uma resolução que não ia ficar perfeita,
479 mas nós estávamos tentando trabalhar pelo município, para ter uma condição ambiental
480 melhor, sustentável. Nós fomos a vários locais ver o que fazem com essas latas, não se
481 queima tinta, a tinta se transforma em outras coisas. Quer dizer, o Brasil não vai
482 conseguir resolver isso. Então, se tentou construir isso. A nossa Câmara Técnica tem
483 representantes da UFRGS, da PUC, da FEPAM, vários colegas, da FIERGS também, não
484 participou de todas as reuniões. A resolução tramitou na Câmara de Legislação, a colega
485 participou, foi apreciada, foi para a assessoria jurídica... (Falas concomitantes em
486 plenária). Mas tudo bem! Mas tramitou, veio várias vezes. A gente não vai colocar
487 esta resolução, não é a minha maneira, só que a gente trouxe e em dezembro estava pronta
488 esta reunião, não tivemos quorum na reunião de dezembro, não pode ser aprovada. Veio
489 na reunião passada e houve este pedido de vista, que a meu ver é extemporâneo. Então,
490 agora eu coloco aos senhores o que acontece. Eu não entendo que tenha que ser
491 alterada de maneira nenhuma. Mesmo com a consideração feita pela FIERGS, tem
492 situações que não vigora. Nós estamos falando no TRA, é a etapa final. A meu ver,
493 voltando atrás, excluindo esta resolução do Município de Porto Alegre, que pode legislar
494 diferentemente da resolução nacional, é um contrassenso, mas coloco aos senhores.

495 **Tiago J. Pereira Neto, da FIERGS:** Na verdade, só para esclarecer. Magda, até onde eu
496 sei, só para começar, todos os conselhos têm direito a voz. Eu acho que independente de
497 eu ser conselheiro ou não a minha restrição aqui é em votos. Eu fui conselheiro desta
498 casa por 4 anos, sou conselheiro em câmaras técnicas aqui até hoje. Nunca tive problema

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

499 em me manifestar. Talvez só tenha faltado não me apresentar ou a Dayse não ter
500 passado a palavra, o que achamos que era desnecessário. De qualquer forma, se for a
501 gente formaliza este processo depois. Com relação à própria minuta de resolução, nós
502 não estamos entrando no mérito aqui, o que a gente mostrou é que da forma como está
503 escrita não se entende, não se compreende, alguns outros mecanismos teriam que ser
504 criados, pelo menos para a FIERGS. E o nosso intuito nem foi dizer que a questão tinha
505 que ser cortada e não ser discutida. A gente pediu que o assunto fosse reencaminhado
506 para as câmaras amadurecerem o assunto. E tem problema sim, porque as latas de tinta
507 hoje e seu resíduos passaram por um processo muito grande que levou o COONAMA a
508 fazer toda esta reclassificação. Eu não apresento aqui, mas a câmara técnica pode
509 apresentar esses estudos, existem laudos comprovando a classificação de resíduos
510 sólidos, que quem dá no Brasil não é o CONAMA, é uma norma da ABNT, a 10.004, que
511 classifica os resíduos em perigosos e não perigosos. Esses perigosos precisam ter uma
512 entre cinco características, tem que ser inflamáveis, reativo, corrosivos, tóxicos ou
513 patogênicos. E dentro das caracterizações não houve isso. Tem um estudo disso e o
514 CONAMMA entendeu que não é da competência dele classificar resíduos, é a 10.004 que
515 faz isso. Comprovado isso, ela voltou atrás e reclassificou esse resíduo, não por uma
516 questão de entendimento dele, mas porque tecnicamente quem faz esta classificação é a
517 ABNT a partir da norma 10.004. Eu não acho que não cabe em um conselho estadual, até
518 mesmo o conselho estadual contrariar uma norma técnica que classifica resíduos. De
519 certa forma, mais uma vez, pode haver mecanismos melhores. Se há pontos a serem
520 alinhados a gente quer entender qual é e se coloca à disposição para ajudar. Só que a
521 forma como o texto está, aprovando sito, ninguém vai saber fazer nada. Nenhuma
522 orientação técnica vai ser conseguida com o texto que está ali, nem os empreendedores
523 vão entender, talvez até a SMAM fique atulhada na sua caixa de emails com mensagens
524 de dúvidas. Como vai se dar o transporte dessa forma? Como vai partir o licenciamento
525 nesse propósito? Então, algumas questões vão bater direto na SMAM. Não dá para
526 entender. O fato é este, é este o esclarecimento que eu queria deixar e fico à disposição.
527 Esta é uma contribuição técnica.

528 **Paulo Brack, do INGÁ:** Eu assisti toda apresentação da FIERGS e coloco o
529 questionamento em relação ao papel que essa entidade faz aqui em termos de... Bom,
530 discordo, mas eu gostaria, isso para todos, no caso de alguma discordância que seja
531 encaminhada com proposta, não simplesmente derrubar um trabalho feito durante meses.
532 O mesmo aconteceu na Câmara Técnica de Áreas Naturais em relação à APA do refúgio
533 da vida silvestre no Morro São Pedro. A FIERGS participou, concordou com várias coisas,
534 quando chegou no plenário houve toda uma derrubada das propostas. Faz quase 2 anos
535 que esta proposta da APA não andou porque foi desqualificada pela representação da
536 FIERGS. Então, eu gostaria que constasse em ata, gostaria até que a FIERGS mostrasse
537 sim o lado pró-ativo de construção e não simplesmente derrubar as propostas vêm sendo
538 construídas há muito tempo aqui. E acho que já estamos no momento de votar isto, né?

539 (Falas concomitantes em plenária).

540 **Eduardo Fleck, do DMLU:** Eu sou bastante afeito a este assunto por ser chefe da equipe
541 de equipes especiais do DMLU. Então, o nosso interesse, por obrigação, é tratar sobre
542 qualquer tema que trate d questão de resíduos. Primeiro, o DMLU não recebe latas de
543 tinta da construção civil, que lá pelo ano de 2004 saiu uma resolução do CONSEMA que
544 diz que qualquer resíduo de processo fabril não pode ser encaminhado a aterros
545 sanitários municipais. Até o voto do DMLU, que tinha assento no CONSEMA, foi contra
546 esta proposta, mas fomos voto vencido. Segundo, Magda, teve origem na câmara técnica

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

547 esta proposta de resolução? (Sim). Ok. Eu gostaria muito de ter recebido, quando a
548 Eneida me mandou a proposta de resolução, pendurados a ela alguns laudos pela
549 (Inaudível) 2004. (Falas concomitantes em plenária). Sim, tudo bem. Então, não circulou,
550 falha nossa. Eu sei que o meu amigo Juliano é defensor desta proposta também, mas,
551 assim, olhando o site do CONAMA encontrei vários documentos de laudos que
552 comprovariam que as tintas evoluíram ao patamar de que não mais oferecem
553 periculosidade. Então, da maneira mais simplista, pessoal, é perigoso? Trata a fonte
554 móvel onde for poluição, manda para onde for. Não é perigoso? Não vamos onerar a
555 indústria com mais um custo desnecessário, se assim for. Eu vim preparado para votar
556 contra esta proposta, porque eu não tenho um convencimento e após os testes que foram
557 feitos com o CONAMA, material que está publicado de que seria resíduo perigoso, as
558 tintas em sua composição atual. Há alguns anos via-se que tinha níveis bastante
559 elevados. Mais do que tudo, a gente tem que seguir a questão científica, verifica a
560 composição, verifica o laudo e toma a decisão, eu não quero votar para dar mais um
561 incremento de custo para a construção civil, para nós consumidores de maneira
562 desnecessária, se assim for. Então, talvez o pessoal da câmara tenha os tipos que
563 identifiquem, mas eu não vi esses laudos. (Falas concomitantes em plenária). Por quê?
564 Tem que fazer classificação. A ABNT não faz classificação, a ABNT lançou a norma com
565 a metodologia. Então, assim, temos que ser bastante objetivos. Realmente, a lata de tinta
566 ir para aterro classe 2 vai ser um problema, vai ter que contratar o caminhão licenciado
567 para levar no aterro classe 1, para outra tecnologia de tratamento. Temos que verificar
568 isso. Eu não estou convencido até o momento.

569 **Demétrio Luís Guadagnin, da SBPC/RS:** Eu confesso que não me sinto confortável de
570 votar esta matéria, porque é um pouco complexa para mim. Eu não tenho elementos
571 suficientes ainda para opinar a favor ou contra. Eu entendo que é uma matéria que
572 passou várias vezes pela câmara técnica, foi discutida amplamente e deveria ser uma
573 matéria resolvida. Culminou neste momento do pedido de vista, a não ser aceitando o
574 argumento do Fleck de que, bom, é uma tentativa de paralisar o processo. Por outro lado,
575 fico de certa forma vulnerável à aceitação de que o conteúdo apresentado está suficiente
576 e é adequado para a gente ter esta matéria aprovada. Enfim, eu entendo que esta matéria
577 deve votar para a câmara técnica para esclarecer esses pontos levantados pela FIERGS,
578 mas que a gente deve sim deixar uma nota de repúdio, seja lá o termo que for, para a
579 FIERGS para que esse tipo de situação não volte a se repetir. Chega a um ponto que a
580 gente não pode ficar devolvendo matérias, porque entendemos que não estão
581 suficientemente elaboradas, quando quem deveria estar colaborando para dar qualidade
582 para esta matéria não fez isto no âmbito adequado. (Manifestações da plenária fora do
583 microfone). Bom, se não fez que faça! Faça com urgência para que a gente possa ter
584 tranquilidade para votar isso.

585 **Fabiana Figueiró, da FIERGS:** Eu sou representante da FIERGS na Câmara de
586 Legislação. Só quero esclarecer, essa minuta de resolução foi discutida na reunião de
587 ontem na Câmara de Legislação, inclusive, revisei os meus emails, não encontro
588 convocação para tratar desta matéria. Peço que a Eneida ou alguém encaminhe, porque
589 até onde me consta na memória eu tenho participado de todas as reuniões e este assunto
590 não foi discutido, se tivesse sido com certeza a gente teria dado atenção necessária. Na
591 reunião de ontem os conselheiros finalmente analisaram o conteúdo a minuta, junto com o
592 parecer da FIERGS. O Juliano se fez presente e eu vou repetir aqui o que ficou definido
593 ontem. A câmara sugeriu que o assunto retornasse para avaliação na Câmara de
594 Resíduos e eu, inclusive, em nome da FIERGS me coloquei à disposição e a pessoa do
595 Thiago para participar dessa discussão. Eu disse para o Juliano ontem que nós só não

Endereço para correspondências

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 220 – 90480-002 – Porto Alegre
Fone: (51)3289-7510 E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br

Conselho Municipal do Meio Ambiente COMAM – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

596 havíamos feito sugestões de alteração, é para ajudar a construir uma solução, porque
597 como colocou o Thiago, nós não tínhamos entendido qual era exatamente o objetivo da
598 norma em função dessas contradições internas e externas que nós identificamos no texto.
599 Seria isto e muito obrigada.

600 (Falas concomitantes em plenária).

601 **Léo Bulling, da SMAM:** Sim, eu colocaria em votação do Conselho para que este
602 assunto retorne à câmara para que a FIERGS, também o DMLU, possam trazer um texto
603 que todos os conselheiros se sintam confortáveis na votação. Então, volta para a câmara
604 técnica? Então, está aprovado este assunto, volta para a câmara técnica.

605 **Andréa Pinto Loguercio, da UFRGS:** Questão de Ordem. Eu quero fazer uma
606 declaração de voto. De acordo com que volte o assunto à câmara técnica, mas é
607 importante que seguinte mantenha aqui nesta representação um comportamento de
608 obediência restrito aos ritos do processo e àquilo que foi, democraticamente,
609 estabelecido e também vencido. Então, eu faço coro ao voto do Brack, que não é a
610 primeira vez aqui, porque nós temos entidades que participam das câmaras técnicas, que
611 um determinado representante, quando alguém está sentado na câmara técnica para nós
612 não é o fulano, o beltrano, o Zezinho ou a Mariazinha, é a entidade. a entidade tem seu
613 voto vencido ou vota de acordo na câmara técnica, vem à plenária, posiciona-se diferente
614 ou faz o assunto retornar. Então, assim, com pesar manifesto minha moção de repúdio á
615 maneira como a FIERGS e o DMLU se posicionaram neste caso. Nós estamos discutindo
616 isto desde 2014, ambos, e eu estava na Câmara Técnica, não estou mais, tanto o DMLU
617 teve várias oportunidades de trazer, se contribuir, de se posicionar, tanto a FIERGS, todas
618 as contribuições seriam bem-vindas. Tem novos elementos? Tragam, vamos discutir.
619 Agora, quando o assunto vem à plenária, aos 47 do 2º tempo – *Ah não, agora eu quero*
620 *pedido vista! Agora não porque eu não concordo!* Era esta a minha declaração.

621 **Léo Bulling, da SMAM:** Nós estamos há 1h30min de reunião e conseguimos vencer a
622 recém o terceiro item. Há um pedido de inversão do nosso supervisor da SUMAM, o
623 Alexandre, para fazer a sua pauta, que é a sexta. Eu peço aos conselheiros... Vamos
624 votar a inversão de pauta para que o Alexandre possa apresentar, é a **Proposta de**
625 **resolução COMAM pela Supervisão do Meio Ambiente referente definição de porte e**
626 **grau de poluição de atividades licenciáveis.** Então, aprovam ou não? Está ok? Ok.
627 Então, Alexandre.

628 **Alexandre Burmann Pereira, da SMAM/SUMAM:** Obrigado, Secretário. Eu pedi inversão
629 de pauta pela presença da técnica aqui, a Carla, da equipe de infraestrutura para um
630 eventual esclarecimento, para ela não perder tempo com outros assuntos que não são
631 inerentes à participação dela aqui no COMAM. Na reunião passada foi aprovada uma
632 resolução de isenção de atividade de licenciamento ambiental, a Resolução nº 01/2016.
633 Foi encaminhada uma proposta de atividades que tinham sido excluídas de licenciamento
634 ambiental. Na reunião passada nós encaminhamos esta proposta de inclusão de
635 atividades a serem licenciadas. Não que elas não estejam sendo licenciadas, elas não
636 estão sendo passíveis de cobrança de taxa de licenciamento ambiental. Então, elas são
637 licenciáveis, mas nós não temos como cobrar. Então, a gente fez uma adaptação através
638 desta resolução do COMAM, conforme prevê o art. 52 da Lei Complementar nº 755/2014,
639 indicando a cobrança de taxa, porque nós achamos importante que essas atividades
640 continuem sendo licenciáveis, não obstante que a gente tenha isentado outras de menor
641 impacto, mas essas são de maior impacto e precisam continuar sendo licenciáveis e
642 cobradas pelo Município de Porto Alegre. Então, os clubes de uso recreativo, as casas

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

643 noturnas, instalações de redes e ramais subterrâneos, a remediação de áreas
644 contaminadas, centro de desmanche de veículos e oficinas mecânicas. Esses dois itens
645 finais têm esse licenciamento ambiental, tem cobrança de taxa, mas os valores incluídos
646 na legislação ficaram completamente fora de contexto. Ou seja, eles estimulam a
647 informalidade. Um mecânico que venha aqui tentar se licenciar com os valores de taxa
648 que estão previstos na lei, ele não vai conseguir se regularizar porque o valor ficou muito
649 alto. Então, a gente fez uma adequação da legislação apenas para redução das taxas de
650 licenciamento ambiental para isso. E aproveitando isso, esse texto foi aprovado ontem na
651 Câmara de Legislação, incluímos na resolução de isenção mais quatro itens de isenção
652 de licenciamento, três a pedido da Técnica Carmem, da equipe de infraestrutura, que são
653 atividades que não são licenciadas, apenas para constar da mesma forma como foram
654 incluídas na resolução. E fizemos a alteração da questão dos açudes, conforme redação
655 proposta pelo Professor Paulo, junto com a nossa Técnica Soraia, da equipe de fauna,
656 para que ficasse adequadamente, porque tinha sido tirado da pauta da aprovação da
657 reunião passada. Então, a inclusão desses quatro itens: rede aérea de telecomunicações,
658 fibra ótica e TV a cabo, que nunca foram licenciadas, para estar previsto na legislação. E
659 redes e ramais subterrâneos de infraestrutura até 500 metros não são licenciados, estão
660 esperando um documento específico de isenção. E as redes e ramais subterrâneos de
661 gás até 63 milímetros, que são as redes da Sulgás. Este foi um pedido da Carla,
662 tecnicamente. Este não foi um pedido meu, mas dos técnicos da equipe de infraestrutura
663 para inclusão dentro das atividades de dispensa de licenciamento ambiental. A última é a
664 abertura de açudes, conforme o professor pediu vamos retirar de pauta, readequamos a
665 redação com o professor e a técnica, o pessoal da equipe da SMAM, incluímos e foi
666 aprovada. Então, solicitamos a aprovação dessa proposta a fim de que a gente possa,
667 especialmente, licenciar as atividades de casa noturna e clubes esportivos, que temos
668 uma demanda reprimida atualmente precisando de licenciamento e regularização. Casas
669 noturnas estão paradas, pede, licenciamento ambiental. Foi um pedido que a gente
670 licenciasse clubes esportivos, por exemplo, o São José, a gente pretende buscar a
671 regularização e eles não têm como regularizar por falta dessa cobrança de taxa. Então,
672 da mesma forma como pediu isenção em uma situação passada, agora pede para as
673 atividades que são efetivamente importantes para que possam serem licenciadas.
674 Obrigado!

675 **Maria da Graça S. Ortolan, do DMAE:** Eu estava olhando em relação às redes
676 subterrâneas, o Alexandre falou que tem a ver com as questões de taxa. O DMAE
677 enquanto taxa nós somos isentos, mas esta é uma tipologia que está estabelecida e que
678 pode vir a ser usada por uma outra avaliação de porte. Eu iria propor em termos da nossa
679 percepção de realidade de construção, essa proposta de porte excepcional ou ponto de
680 porte 10 quilômetros, eu iria propor para passarmos isso para 15 ou 20, porque, da
681 atividade que nós temos experiência no DMAE, realmente, excepcional nós passaríamos
682 a contar a partir daí. A minha proposta é de 15 a 20 quilômetros.

683 **Alexandre Burmann Pereira, da SMAM/SUMAM:** Bom, de acordo com as minhas
684 colegas da UFRGS e do CRBIO, é apenas uma repetição na tabela do CONSEMA por
685 questões de delegação de competência. E foi essa a fala do Rafael na reunião passada,
686 especialmente as questões de delegação de competência a gente só repete o que o
687 CONSEMA diz, a 288. Então, neste caso a gente não inova para evitar conflito de
688 competência, que não é o nosso caso. Salvo uma situação futura de adequação do
689 convênio, alguma coisa. Certo?

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

690 **Léo Bulling, da SMAM:** Esclarecida a situação. Então, em votação. Quem se manifesta
691 contrário levante o braço. Aprovado, então. Obrigado, Alexandre. Vamos para o quarto
692 item da pauta: **CT Áreas Naturais: parecer referente empreendimento Arado velho.**
693 Apresentação.

694 **Andréa Pinto Loguercio, da UFRGS:** Secretário, eu vou fazer uma solicitação. Nós
695 tínhamos um parecer da Câmara Técnica de Áreas Naturais, um parecer que eu fiz a
696 relatoria, mas nós não temos um consenso dentro da Câmara Técnica. Vou fazer coro e
697 vou ser coerente com a fala que eu fiz antes. Se nós não temos um consenso da Câmara
698 Técnica, atendendo de que só venha à plenária aquilo que a câmara técnica deliberou ou
699 tenha um consenso seguro da sua manifestação, nós vamos retirar da pauta. Já aviso aos
700 navegantes da câmara técnica que vou estar chamando uma extraordinária para a
701 próxima sexta-feira, dia 06 de maio, porque vamos trabalhar nisto em caráter emergencial
702 para trazer um parecer coeso e unificado da câmara técnica a fim de que não tenhamos
703 repetido aqui eventos como o anterior.

704 **Léo Bulling, da SMAM:** Então, retirado de pauta. O item cinco: **DMAE - Plano Municipal**
705 **de Saneamento Básico.**

706 **Maria da Graça S. Ortolan, do DMAE:** Eu sou coordenadora de gestão ambiental do
707 departamento e tendo em vista várias reuniões em que nós estamos fazendo com a
708 SMAM e a própria questão da necessidade de divulgação do plano de saneamento dentro
709 dos conselhos municipais, nós viemos pedir uma pauta para apresentar a parte que cabe
710 ao DMAE. Nós temos dentro desta apresentação o intuito de esclarecer a questão de
711 como o DMAE se planeja dentro da sua expansão, tanto de redes de água, quanto de
712 redes de esgoto, como de sanção de tratamento de esgoto e de água. A forma como o
713 DMAE planeja os sistemas, tanto de abastecimento, quanto de esgotamento sanitário, e a
714 forma como nós costumamos elaborar os nossos documentos para trazer para a SMAM
715 para o parecer de licenciamento ambiental. A ideia que nós trouxemos, a pedido na
716 reunião passada do COMAM, discussão que estão estritamente ligadas aos processos de
717 planejamento do DMAE, dois colegas vieram fazer a apresentação em separado da parte
718 de água e esgoto. Na verdade, após esclarecimento desta plenária, caso fiquem outras
719 questões pendentes o DMAE fica à disposição para qualquer outra apresentação, se for o
720 caso. A ideia é assim, dentro a esfera de planejamento do DMAE os itens que estão no
721 Plano Municipal de Saneamento Básico junto com drenagem e resíduos sólidos, que eu
722 acho que seria interessante que isto também viesse para a plenária, a parte do DMAE
723 vamos apresentar agora. Nós gostaríamos que o plano de saneamento e distribuição de
724 água e tratamento de esgoto pudesse ser considerado do ponto de vista de avaliação
725 ambiental como sendo o nosso planejamento. Seria a lógica da licença prévia dos planos
726 que nós vamos apresentar agora. Então, nós temos uma esfera de planejamento que é a
727 delimitação espacial e o que vamos fazer dentro desse espaço dentro do município.
728 Então, justamente a questão desse esclarecimento do que nós temos planejado para que
729 no futuro a gente passa trabalhar o licenciamento em sistemas, não por obras isoladas,
730 pequenos trechinhos de rede. Isto dá um trabalho muito grande, tanto para quem planeja
731 e fica produzindo documentos quanto para quem avalia no licenciamento. Às vezes a
732 gente está trabalhando dentro do mesmo sistema, a explicação é a mesma, os projetos
733 são parecidos, mas eu estou tratando de uma rede que está em uma esquina e uma rede
734 que está em outra esquina. Então, a ideia do DMAE era propor para esta casa que nós
735 pudéssemos trabalhar o licenciamento ambiental aos moldes como a FEPAM faz, por
736 sistemas, tanto para abastecimento quanto para esgotamento. E, ao mesmo tempo,
737 entendendo que o plano, o PSB, na verdade, onde o DMAE tem esses dois aspectos, que

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

738 é água e esgoto, ele poderia sim ser tratado como instrumento de planejamento, que nos
739 daria uma licença prévia para instalação dessas estruturas ao longo da Cidade. Eu passo
740 a palavra aos colegas do DMAE. Obrigada.

741 **Lisete, do DMAE:** Boa tarde. Meu nome é Lisete, eu sou engenheira do DMAE, fiz parte
742 do grupo que elaborou este Plano Municipal de Saneamento Básico. É um documento
743 bastante extenso, são 03 volumes e ele engloba os quatro eixos do saneamento:
744 abastecimento, esgotamento, drenagem e resíduo sólido. Nós vamos trazer um apanhado
745 geral sobre a questão do abastecimento de água e esgotamento sanitário também já tinha
746 sido publicado em dezembro de 2013. O DEP por sua vez tinha o Plano Diretor de
747 Drenagem, primeira, segunda e terceira etapa. O DMLU já havia produzido o documento
748 para o Plano Municipal de Gestão Integrada de resíduos sólidos. A gente buscou dados
749 com a colaboração da Secretaria da Saúde do Plano Municipal da Saúde. A gente reuniu
750 e condensou todos os documentos onde foi gerado o nosso plano. Esse plano foi dividido
751 em três volumes principais, o primeiro é o diagnóstico. Então, ele fala da Cidade na
752 questão de população, saúde, localização geográfica, vegetação. O volume dois, baseado
753 nesse diagnóstico levantado ele traz um prognóstico, são analisadas todas essas
754 questões. Então, cada segmento faz uma análise do que é preciso fazer em cada uma
755 dessas modalidades. Ele analisa as necessidades de cada um dos serviços, lista as
756 intervenções necessárias, estima os custos esses investimentos, quanto é preciso para
757 implantar toda essa infraestrutura e faz a previsão do cenário de curto, médio e longo
758 prazo. E o volume três, então, traz programas, a participação social e os indicadores de
759 acompanhamento, que são coisa que a Lei nº 11.445 determina que tem que constar
760 todas essas questões. Foram descritos os principais programas da Prefeitura, cada um
761 dos departamentos, como se dá a participação social. Foi criado no ano passado o
762 Conselho de Saneamento, que foi instituído por uma lei que tem participação de vários
763 segmentos também da sociedade. A participação social também é feita do Orçamento
764 Participativo, onde a gente leva e busca as demandas da comunidade. E estão sendo
765 feitas apresentações de cada órgão ou o conjunto dos planos diretores. Está aqui descrito
766 quais são os indicadores e como a gente deve acompanhar. A questão do abastecimento
767 de água, o planejamento não é uma coisa recente, o primeiro plano de DMAE foi
768 inaugurado em 1981, depois veio sendo atualizado, os últimos que a gente tem data de
769 2008/2009, depois 2013 e agora vem sendo sistematicamente atualizado e esses
770 documentos foram colocados no nosso Plano Municipal da Cidade. Hoje Porto Alegre
771 está dividida em três sistemas de abastecimento, o Sistema Menino Deus, que é o maior,
772 abastece a maior nuvem de habitantes. Depois nós temos o Sistema São João que
773 abastece a zona norte da Cidade. O Sistema Moinhos de Vento, que abastece o Centro,
774 Bela Vista, Moinhos de Vento. Tem o Sistema Tristeza, o Belém Novo. Depois tem o
775 Sistema Ilhas, que abastece todas as ilhas ai do Delta do Jacuí. Nós atendemos 665
776 economias, o nosso volume de água tratada está em torno de 6.200 litros por segunda,
777 desse volume 3.300 são faturados, a nossa perda está em torno de 25%, a média do
778 consumo é 13 m³ por economia e nós temos na Cidade em torno de 4.000 km de rede.
779 Bom, cada sistema é dividido em vários subsistemas. Uma cidade tem muitas portas
780 altas, portas baixas, cada sistema tem uma série de bombeamento e uma série de
781 reservatórios. De todos os subsistemas somam 111 subsistemas. As nossas captações
782 são todas no Guaíba, com exceção da Ilha da Pintada que é no Jacuí. Nós somamos 99
783 reservatórios e 88 elevatórios que compõem todos os subsistemas. Aqui é para vocês
784 terem uma ideia como está dividido, cada sistema abastece uma parcela da Cidade, o
785 nosso maior sistema é o Menino Deus, que é o verdezinho, depois tem uma parcela um
786 pouco menor, que é da São João e Moinhos de Vento. Os menores são da Ilha da

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

787 Pintada, 1% da população, 1% da água produzida, não da população. E 4% do Sistema
788 Tristeza e 12% da água produzida é distribuída no Sistema Belém Novo, que é um
789 sistema que vem crescendo muito. Bom, para cada um desses sistemas a gente levantou
790 todas as demandas, todas as necessidades, projetou um crescimento para cada uma
791 delas, a gente levou em conta todos os loteamentos que devem ser implantados nas
792 regiões. Então, a gente analisou para cada um deles o volume de preservação, se está
793 adequado ou não para as demandas atuais e para as demandas futuras. Analisou a
794 capacidade das situações de esgotamento, analisou as captações das unidades de
795 captação, analisou os bombeamentos, as adutoras e as redes distribuidoras também,
796 porque a gente tem o registro das redes distribuidoras que têm problema de deficiência ou
797 problemas operacionais. E baseado nessa análise a gente fez todo o nosso prognóstico e
798 listamos todas as intervenções necessárias a serem implantadas. Aqui no plano estão
799 listadas todas as obras. A gente trouxe em cada sistema quais as principais obras que
800 deverão ser feitas nos próximos anos. Então, no sistema menino Deus existe uma nova
801 captação, conjunto, que serve tanto para o Sistema Moinhos de Vento quanto para o
802 Sistema São João. Hoje ela existe junto ao Cais Navegantes, ali onde atracam os navios
803 e recebe água do Rio Gravataí. Então, é um lugar muito desfavorável, a gente já tem um
804 projeto para a substituição dessa captação. Como é um projeto de custo muito elevado, a
805 gente está postergando para mais alguns anos, mas é uma obra bastante importante para
806 a Cidade. Depois, no Centro ainda, no Sistema Moinhos de vento nós temos a
807 substituição da adutora que vem apresentando problemas de desenvolver e causando
808 transtornos para a Cidade. Substituição de rede no centro Histórico, onde as redes são
809 muito antigas. Depois no Sistema São João essa captação que eu já falei, que é conjunta
810 com o Moinhos de Vento. Reforço de uma série de adutoras em áreas próximas ao
811 aeroporto e algumas ampliações de adutoras, reservatórios, principalmente em áreas
812 próximas a Manoel Elias, que também é uma área que está crescendo bastante. Depois,
813 passando para o Sistema Menino Deus, a gente já está em fase de projeto da ampliação
814 da estação, a duplicação da sua capacidade. Hoje a capacidade é de 2.500 litros e nós
815 vamos ampliar para 5.200 litros. Também tem listada uma série de ampliações. A
816 ampliação da EMAT Padre Cacique, a adutora próxima do Barra Shopping. E também
817 uma adutora em uma casa de bombas, a São Manoel, que abastece a zona leste da
818 Cidade. Depois temos obras bastante significativas no Sistema Belém Novo. Nós temos a
819 ampliação do Sistema Belém Novo em uma casa de bombas e um reservatório, que está
820 aqui para a SMAM licenciar. Ampliação do reservatório Restinga que já está em execução
821 e o reservatório Cristiano Kraemer, que também está aqui para licenciar, que abastece
822 vários loteamentos da Juca Batista. Qualquer problema de falta de energia, aquela área
823 da Cidade ali sofre com o desabastecimento. Também, como uma das obras mais
824 importantes a gente tem a ampliação de um novo sistema, que é o Sistema ponta
825 Dourada, que é uma série de obras que compõem a criação de um novo sistema. Então,
826 vai ser feita uma nova estação de tratamento, nova captação, novos bombeamentos,
827 reservatórios e adutoras. Depois temos o Sistema Ilha da Pintada, que está prevista a
828 reforma da estação. No Sistema da Tristeza temos aumento de reservação previsto e
829 substituição de uma adutora, inclusive, já está em obra na Av. Guaíba, ali em Ipanema.
830 Depois tem algumas obras, são ações para diminuir as perdas, também obras de
831 substituições nas extensões de rede em toda a Cidade. Também estão previstos serviços
832 de consultoria e projetos para dar suporte a essas obras de todos esses projetos que
833 devem ser feitos. Então, a gente queria trazer mais informações do novo sistema, esse
834 novo que vamos fazer na zona sul da Cidade. Aí a ampliação do abastecimento da zona
835 sul. A gente chama de Novo Sistema Ponta do Arado, que vai ser composto como uma
836 ampliação do sistema existente e mais a criação de um novo sistema. A gente observou

Endereço para correspondências

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 220 – 90480-002 – Porto Alegre
Fone: (51)3289-7510 E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br

19

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

837 que embora a Cidade em termos de população cresceu apenas 13,5% em 10 anos, o
838 número de econômicas cresceu muito mais que isso, as pessoas estão migrando muito
839 dentro da Cidade. Então, a expansão urbana está se dando pela transferência da
840 população para áreas que estavam desocupadas pela subdivisão das famílias e na zona
841 sul havia grandes vazios urbanos, que hoje não estão tão vazios. A estação que hoje tem
842 lá está no seu limite de capacidade. Então, é meio que urgente a ampliação e criação
843 desse sistema da zona sul da Cidade. Bom, então, a gente apresentou a forma de ampliar
844 o abastecimento naquela região. A gente levantou como alternativas fazer uma nova
845 estação de tratamento junto ao Loteamento Arado Velho para a demanda futura, que a
846 gente precisa. Fazer uma nova estação de tratamento no Lami. Estudamos compor
847 também a estação existente com uma nova estação no Lami. A gente estudou a
848 ampliação da estação existente, que a gente viu que teria muita dificuldade, porque a
849 gente não conseguiria naquele espaço fazer obras para atender a demanda futura. E
850 manter a estação existente no Loteamento Arado Velho. Então, dessas cinco alternativas
851 a que se mostrou mais adequada para nós foi manter a Estação Belém Novo que fazer
852 uma nova estação no Loteamento Arado Velho. Essa alternativa foi escolhida a partir de
853 uma análise técnica que se fez, foi discutida com os técnicos, uma análise técnica,
854 econômica e financeira. Dentro desse estudo, desses projetos, o que se faz necessário?
855 Dentro do Sistema Belém Novo está previsto um reservatório, a ampliação do Boa Vista e
856 a ampliação de uma casa de bombas. No novo sistema deve ser feita uma nova estação,
857 uma nova adutora de captação, uma nova estação de bombeamento de água bruta,
858 novas adutoras, o novo bombeamento e a ampliação de outro já existente e a ampliação
859 da reservação. Nós temos em amarelo as áreas que vão ficar abastecidas pelo Sistema
860 Belém Velho. Hoje todas essas áreas são abastecidas pelo Sistema Belém Novo, mas o
861 crescimento não vai suportar. Então, esta estação vai abastecer a Restinga e a Lomba do
862 Pinheiro. E o Sistema Belém Novo, então, vai ficar abastecendo o Lami, o bairro Belém
863 Novo e os loteamentos junto à Juca Batista. Essas linhas azuis são as adutoras
864 necessárias a fazer. Aqui é onde deve ficar a estação, que é dentro do Loteamento Arado
865 Velho, que não está totalmente aprovado. É uma área muito grande e tem uma área de
866 doação que foi destinada para esta estação de tratamento do DMAE. Caso não se
867 viabilize o DMAE vai ter que desapropriar esta área. A nova captação vai ficar ao lado da
868 captação Belém Novo existente. Aqui é a estação de bombeamento de água bruta e aqui
869 a nova estação de tratamento. Devido ao custo alto de todas essas obras o DMAE ainda
870 não tem recurso para viabilizar todas essas obras. Então, o que estamos fazendo é
871 adiantar algumas obras que podem ser feitas, independente de outras obras. Então,
872 estamos aqui na SMAM tentando o licenciamento do reservatório Boa Vista e o
873 reservatório Lajeado, que implantando já deve melhorar as condições desta zona e esta
874 adutora Restinga, que hoje sai da ITA Belém Novo e vai até a Restinga. São três obras
875 que a gente está adiantando. As demais a gente aguarda a captação de recursos. Então,
876 a ITA Belém Novo vai abastecer os bairros Belém Novo, Lami, Ponta Grossa, espírito
877 Santo e campo Novo. E a nova estação vai abastecer Restinga, Lajeado, Lomba do
878 Pinheiro, Agronomia e parte da Hípica. Qual a situação deste rol de projetos? Estão
879 concluídos, o custo estimado do investimento de todas as obras está na ordem de R\$ 300
880 milhões. E quais os procedimentos necessários além da captação de recursos? A
881 aquisição das áreas, já temos emitidos os decretos que tornam essas áreas de utilização
882 pública. Algumas delas a gente já têm a posse. Quanto ao licenciamento ambiental já foi
883 emitida a licença prévia e a gente aguarda a emissão da licença de instalação. Para nós é
884 muito importante tentar agilizar esta questão da aquisição dos terrenos e das licenças,
885 porque qualquer recurso externo que venha a captar é fundamental que a gente já tenha
886 concluído os projetos e tenha as licenças na mão e a posse das áreas. Então, por isso a

Endereço para correspondências

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 220 – 90480-002 – Porto Alegre
Fone: (51)3289-7510 E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br

20

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

887 gente está aqui para ver o que podemos fazer para agilizar essas questões com a SMAM
888 e com o Conselho. Bom, da parte de água era isso... Não, aqui ainda tem a questão dos
889 recursos. A gente pontuou todas as obras e estimou o valor para cada uma delas, de
890 curto, médio e longo prazo. A gente tinha previsto obra ano a ano, mas é muito difícil
891 cumprir este cronograma pelas dificuldades de projeto, de licitação e licenciamento.
892 Então, a gente resolveu agrupar os investimentos de curto, médio e longo prazo. Então,
893 dividimos por sistema e desta forma. Todos os investimentos somam em torno de R\$ 926
894 milhões. Depois vocês vão ver a questão do esgotamento sanitário, esse valor mais que
895 dobra. Este é um pequeno resumo, se vocês quiserem a gente volta neste item. Eu vou
896 passar para o Adriano para apresentar a parte do esgotamento sanitário.

897 **Adriano, o DMAE:** Bom, eu vou deixar aqui três mídias. Pode passar, por favor. Então,
898 vou dar um histórico dos planos diretores de esgotamento. Começou a primeira edição
899 em 66, 73, 80, 99, até chegarmos na 5ª Edição 2008/2009. Atendendo a lei do
900 saneamento, em 2013, que era o prazo final para ter o plano municipal, o DMAE elaborou
901 o Plano Municipal de Saneamento Básico na modalidade água e esgotamento sanitário, o
902 que culminou com a prorrogação para 2015 as quatro modalidades. Cumprimos a etapa
903 determinada pela legislação, aí no dia 30/12 a Presidente da Dilma prorrogou por mais 2
904 anos. Os sistemas de esgotamento sanitário de Porto Alegre com as bacias sanitárias
905 como unidades de gestão. Então, dentro das bacias de Porto Alegre nós temos os nossos
906 sistemas de esgotamento sanitário, com exceção das Ilhas, que não é bacia hidrográfica.
907 Então, nós temos o Rubem Berta, Sarandi, Navegantes, Ponta da Cadeia, Cavalhada,
908 zona sul, Salso, Belém Novo e Lami, e Ilha é o arquipélago. Da mesma os três volumes, o
909 diagnóstico, prognóstico e depois os indicadores. Então, com a população base 2010,
910 depois com as projeções 2035. Então, o quadro de diagnóstico de redes de esgotos
911 existentes, com 1.915 km. Há a necessidade hoje em termos de dias que não contam
912 com o coletor de esgoto. E o nosso déficit hoje é de 2.200 km. O tratamento de esgotos,
913 nós temos cinco estações em operação, que são algumas que serão desativadas, que
914 são pequenas. Nós temos ETEs em núcleos isolados, que são quatro, algumas também
915 já estão em processo de... Tem uma que será desativada. E a capacidade instalada hoje
916 de tratamento é de aproximadamente 80%. Então, dentro do prognóstico do crescimento
917 opcional para 2035, com o sistema separador absoluto, nós temos este cenário. Não vou
918 ler, porque o teto da pauta já venceu, né. Só para dar um exemplo dos dez, vou mostrar o
919 Sarandi, o que nós temos de situação atual. Dentro do sistema de esgotamento sanitário
920 nós temos os subsistemas, que também são como unidade e gestão as bacias. Aqui é a
921 estimativa de valores que foi usada para definir os investimentos de curto, médio e longo
922 prazo. Então, nós temos redes coletoras, valores por metro, coletores tronco, os
923 reservatórios e estações de tratamento. Isso com base nos contratos e orçamentos do
924 Departamento. Nós temos os dados macros de 2015, as redes para a universalização em
925 2035 e o déficit de redes que vai ser literalmente de 2.269 km. Como a colega Lisete falou
926 dos investimentos de abastecimento de água para a universalização, que somam
927 aproximadamente R\$ 1 bilhão, para esgoto sanitário esse valor quase que duplica. Então,
928 nós temos todos os sistemas de esgotamento sanitário, os investimentos de custo, médio
929 e longo prazo. E a totalização no caso dos investimentos. Dentro da média que o
930 Departamento tem investido, nós vamos ter que buscar recursos, captar recursos de
931 financiamento e outras modalidades. Ou isso vai ter que ser uma discussão com a
932 sociedade, vai ter que se analisar a questão da tarifa e dos investimentos.
933 Aproximadamente, R\$ 2 milhões para a universalização do sistema. Agora, para finalizar,
934 a previsão de investimentos, como a colega Lisete já falou anteriormente, mas aqui tem
935 uma síntese, tanto de água como se esgoto sanitário para os próximos 20 anos. A

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

936 previsão de investimentos e abastecimento até 2035, a média de R\$ 46 milhões por ano.
937 Esgotamento sanitário, a média de R\$ 88 milhões por ano. E a previsão de investimentos
938 de todo o departamento de R\$ 134 milhões por ano. Como esta viabilidade se dá? Com o
939 Plurianual, a adequação tarifária, que tem que ser amplamente discutido com a
940 sociedade, a busca de recursos externos. Nós tínhamos recurso para esgotamento
941 sanitário do orçamento geral da União, que por enquanto cessou a fonte. Era isto. Muito
942 obrigado.

943 **Maria da Graça S. Ortolan, do DMAE:** Eu só gostaria de agradecer, em primeiro lugar, à
944 oportunidade da gente fazer esta apresentação. Coloco à disposição de todos qualquer
945 discussão futura para eventuais questionamentos. O Márcio e o Allan, que não estão aqui
946 hoje, são nossos representantes e podem passar para eles. Eu gostaria de manter a
947 nossa pauta aberta no sentido de trabalhar no licenciamento e viabilizar essas obras que
948 estão planejadas. Obrigada!

949 **Alexandre Burmann Pereira, da SMAM/SUMAM:** Eu gostaria de parabenizar o DMAE
950 pelo trabalho que tem sido feito e o esforço na regularização dos projetos. A gente tem
951 feito uma pauta entre DMAE e SMAM, que a gente tenta não agilizar, mas dar prioridade,
952 porque a gente sabe que essas obras de saneamento e abastecimento de água são
953 prioritárias para a Cidade. Isto não significa a facilitação dos licenciamentos, apenas a
954 agilização no sentido de dar prioridade e a Maria da Graça sabe, os colegas do DMAE
955 sabem que têm as portas abertas aqui para qualquer contato, qualquer demanda, a gente
956 sempre está trabalhando em conjunto. Eu sei que a pauta vai encerrar, eu gostaria de já
957 deixar, na Semana de Meio Ambiente de Porto Alegre, no dia 02/06, a SMAM fará um
958 evento que é realizado pelas unidades de conservação, o dia 09. No dia 02/06 faremos o
959 evento em conjunto com a FAMURGS, um evento que tratará de pautas jurídicas e
960 técnicas na FAMURGS. Depois passaremos o convite a todos. Já deixo que vocês
961 estejam atentos para participar, o evento é gratuito e conto com a presença de todos lá
962 para abrilhantarem o evento. Muito obrigado.

963 **Eduardo Fleck, do DMLU:** Somente um registro, que este plano de saneamento que foi
964 construído a várias mãos: DEP, DMLU, DMAE com a participação da SMURG, a própria
965 SMAM como colaboradora, o Observa POA, assim como o nosso Plano Municipal de
966 Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, foi um plano construído de saneamento por
967 técnicos da casa. Então, ao invés da gente buscar uma consultoria em outro local e nós
968 do DMLU tivemos a experiência de que determinado momento nós buscamos a
969 consultoria no Paraná. Fizemos eles voltarem para casa pelo mesmo caminho que
970 vieram, sem receber nenhum centavo. Talvez uma das coisas da minha carreira de 25
971 anos que eu mais me orgulho é ter feito isto. Eu acho que qualquer produto será aceito,
972 assim como pequenos municípios aplicam o plano e persiste só no plano material original.
973 Aqui em Porto Alegre não, aqui em Porto Alegre é mais baixo. Então, feito por técnicos da
974 casa colocando-se à disposição para apresentar a parte dos resíduos sólidos nesse plano
975 quando o Conselho desejar.

976 **Paulo Brack, do INGÁ:** Eu diria o seguinte, eu tenho muitos alunos atrás de mim, muitas
977 tarefas, mas eu quero ficar aqui para a gente esgotar. Nós estamos trabalhando com
978 políticas ambientais e pensar que em apenas 2 horas por mês nós vamos discutir
979 questões aqui e vamos esgotá-las, não pode ser. Eu acho que nós não podemos ter um
980 teto de tempo. Sabemos de todos os compromissos que temos aqui, mas estamos
981 tratando de coisas muito sérias. Agora, como foi apresentado pelo DMAE, a gente louva,
982 fala do planejamento que é feito, mas nós também queremos ver debaixo da SMAM,
983 estamos cobrando isso há mais de 20 anos, já que temos um plano de saneamento

Endereço para correspondências

Av. Carlos Gomes, 2120/Sala 220 – 90480-002 – Porto Alegre
Fone: (51)3289-7510 E-mail:comam@smam.prefpoa.com.br

22

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

984 básico, é importante o plano de resíduos, nós queremos ver o plano para a biodiversidade
985 de Porto Alegre. Não adianta ficarmos aqui em uma secretaria com os órgãos ambientais
986 sempre pensando como facilitar as licenças ambientais. Não tem um plano de
987 implantação, um plano de biodiversidade, até em relação à questão do Arado, que nós
988 ficamos estarecidos que o DMAE fica esperando o empreendimento, que é altamente
989 polêmico, que é área de preservação permanente, com aves migratórias que são
990 consideradas áreas de preservação permanente, onde mais de 140 espécies de aves
991 naquela área, que tem uma polêmica. Então, esperarmos que o DMAE vá ficar à reboque
992 de empreendimentos altamente polêmicos. Então, até que ponto nós não estamos
993 reproduzindo uma máquina de (Inaudível) pela zona sul de Porto Alegre. E a zona sul de
994 Porto Alegre, pela lei da reserva biológica, em 89, 82, havia pessoas da Restinga, enfim,
995 com vários órgãos ambientais e o projeto que a zona sul, Extremo Sul de Porto Alegre,
996 seria uma área para a proteção ambiental. Então, eu fico muito triste em ver que a
997 Prefeitura de Porto Alegre não tem estabelecimento do que é prioritário ser conservado,
998 ela sempre anda à reboque dos empreendedores. Aí, atrás deles, toda a questão de
999 agilizar licenças, facilitar obras e o DMAE quem sabe, tomara que não, mas possa
1000 incrementar a expansão, induzir ainda mais uma expansão que para nós é altamente
1001 prejudicial. Hoje Porto Alegre é a capital que menos cresce em termos de população,
1002 3,5%, ou seja, empreendimentos, especulação imobiliária, que está se expandindo para
1003 uma área que tem uma vocação de proteção da biodiversidade. Isto não está sendo visto
1004 e sim tem que se pensar que aquela área tem viabilidade para expansão de
1005 empreendimento e ao longo disso um abastecimento de água para incrementar essa
1006 expansão. Então, eu coloco aqui como um grande questionamento, quem sabe o DMAE
1007 junto com outros órgãos reveja a sua política de expansão para que isso não traga a
1008 indução de maior ocupação em áreas que têm vocação para proteção ambiental.

1009 **Léo Bulling, da SMAM:** Mais alguém?

1010 **Felipe Viana, Econsciência :** Eu participo deste Conselho há cerca de 5 anos e nunca
1011 teve teto para as reuniões acabarem, mas nunca passaram das 18 horas. eu concordo
1012 com o Brack, a Magda até concordou comigo. Infelizmente a gente vê muito funcionário
1013 público saindo daqui às 4 horas da tarde e o pessoal aqui ficado até o último horário, o
1014 pessoal da sociedade civil. Muitas vezes quem sai às 4 horas são pessoas pagas para
1015 estarem aqui. Bom, mais de uma vez já me espantou o DMAE defender o
1016 empreendimento da Ponta do Arado. No COSMAM o DMAE já foi defender que o
1017 empreendimento tem que sair por causa da doação da área. O DMAE vai R\$ 300 milhões
1018 na zona sul e a desapropriação de uma área de 6 hectares não pode ser motivo para um
1019 órgão ser favorável, escancaradamente, de um processo de licenciamento, muito menos
1020 está apresentando o fato consumado do loteamento. A relação do DMAE com o
1021 empreendedor é só com a área ou tem mais alguma coisa relacionado com os
1022 investimentos da área? Vai ter uma relação diferenciada de parceria com o privado?

1023 **Alexandre Burmann Pereira, da SMAM/SUMAM:** Eu só quero fazer uma defesa dos
1024 servidores da SMAM. Eles são qualificados, eu não tenho procuração para defender, mas
1025 todos são profissionais qualificados, estão aqui trabalhando no horário e se sem
1026 eventualmente em um horário é por uma questão, tem algum motivo justificado. (Falas
1027 concomitantes em plenária). Não, cuidado com a generalização em relação a isso. a
1028 gente entende a tua resignação, mas não dá para generalizar desta forma. Os técnicos
1029 são qualificados e trabalham aqui, eu conheço o serviço público desde 1999, são pessoas
1030 que trabalham muito. Então, só para a gente ter o cuidado de não generalizar. E a gente
1031 entende que os órgãos ambientais são sucateados, a dificuldade dos órgãos ambientais

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1032 em recuperar os orçamentos, mas na gestão atual que a gente tem participado, desde o
1033 Dilda, do Mauro e agora com o Leo, a SMAM tem capacidade e investimento na área
1034 ambiental, que isso, por outros motivos foi perdido, nós conseguimos recuperar isso.
1035 Temos dificuldade, mas é a situação de voltar o planejamento com inteligência para
1036 projetos futuros da SMAM sem dúvida nenhuma.

1037 **Lisete, do DMAE:** Só para esclarecer, o DMAE não tem nenhuma parceria com este
1038 loteador e nem com nenhum outro. A ideia do DMAE também não é incentivar a ocupação
1039 da zona sul. Nós temos um fato, que a Cidade cresceu muito na zona sul, estamos
1040 operando no limite da capacidade, hoje estamos problema com a falta de água. Se a
1041 gente não der uma solução vai ficar caótico. Nós precisamos de uma área, que não é
1042 pequena para poder implantar uma área de tratamento. Então, a gente procura uma área
1043 com condições técnicas. Neste sentido foi selecionada uma área que fia ao lado da
1044 estação de tratamento de esgoto de Belém Novo.

1045 **Léo Bulling, da SMAM:** Eu gostaria de agradecer aos técnicos do DMAE que estão aqui
1046 conosco. Encerramos a nossa pauta hoje. **Nós temos Assuntos Gerais** e eu gostaria de
1047 trazer ao Conselho um assunto afeto à SMAM, ao Conselho também. No ano passado o
1048 Secretário Mauro aprovou um recurso junto ao Conselho em relação ao Largo dos
1049 Açorianos. Eu estava cuidando disto. Nós recebemos em janeiro do ano passado muitas
1050 reclamações de que o lago estava sujo. Fizemos um mutirão com o DMLU e resolvemos
1051 retirar todo o resíduo que estava na superfície. Nós verificamos que toda a borda estava
1052 desabando. Foi feito todo o processo, o lago está com a ponte sendo recuperada. O
1053 Mauro solicitou a aprovação aqui de R\$ 2,5 milhões. Bom, o meu setor tratou do Projeto e
1054 nós recebemos o arquiteto novo e entregamos para ele executar o projeto. Ele fez um
1055 projeto muito bonito, já foi apresentado aqui. Na hora do orçamento foi para R\$ 6.600
1056 milhões. Bom, refaz cálculos, foi tudo refeito e baixou para R\$ 3.800 milhões. Então, eu
1057 preciso que o Conselho aprove mais R\$ 1,5 milhões para aquela obra, senão não vamos
1058 executar, eu vejo assim, o que se imaginou foi o que ele apresentou aqui, mas quando se
1059 foi para o cálculo estrutural, colocar uma laje armada de 40 cm, Se refez todo o projeto,
1060 vai se manter um dos lagos, só não vai se manter o segundo lá, mas o projeto em si está
1061 conservado. Onde era essa terra mais qualificada vamos colocar concreto nos passeios.
1062 Então, alguma modificação. Então, precisamos a aprovação do Conselho desse valor
1063 para realizarmos logo.

1064 **Andréa Pinto Loguercio, da UFRGS:** Secretário, esta aprovação do valor já foi bastante
1065 polêmica aqui no Conselho, inclusive a proposta de intervenção feita. O Conselheiro
1066 Paulo Brack lembrou que existem coisas fundamentais do recurso do Conselho que não
1067 estão sendo feitas em relação à planejamento ambiental. Então, um tema como este eu
1068 proponho que a gente traga em uma próxima ccc. Que isso seja bem mais detalhado. Se
1069 o senhor perguntar hoje, olha, mais nenhum pila para este projeto.

1070 **Magda Cleidy Satt Arioli, do CRBIO-03:** Eu concordo com a Andréia. No ano passado
1071 foi muito difícil aprovar aquele valor. Nós temos outras áreas que também precisam de um
1072 valor mais considerável. Eu gostaria que viesse mais detalhado, não duvidando, por favor,
1073 mas mc mais precisão.

1074 **Léo Bulling, da SMAM:** Realmente eu acho que nós precisaríamos de mais tempo, mas
1075 a intenção nossa é largarmos o edital no final do mês de maio, mas para isso precisamos
1076 de um PL, por isso colocamos aqui. A intenção era trazer os técnicos. Então, vamos
1077 colocar como item um na próxima. Mais alguém? Estamos encerrando a reunião.
1078 Obrigado a todos.

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1079

1080 - **Encerram-se os trabalhos e os registros taquigráficos às 16h30min.**

1081

1082 *Taquígrafa: Patrícia Costa Ribeiro*

1083 *Registro nº 225257/2003 - FEPLAM*

1084 *TG Tachys Graphen – CNPJ 10.133.150/0001-07.*